

Jornalismo e políticas públicas: um olhar crítico sobre a série de reportagens ãPassagemö¹

Camila Marchesan CARGNELUTTI²
Fernanda Nunes da Silva ARISPE³
Julia do Carmo da SILVA⁴

Resumo

Este estudo compreende uma análise crítica do conjunto de reportagens ãPassagemö, destaque na categoria impressa na 5ª edição do Prêmio SAE Brasil de Jornalismo. A série, composta por um total de dez reportagens, foi veiculada pelo jornal Notícias do Dia em novembro de 2010, mostrando os graves problemas de mobilidade urbana na cidade de Florianópolis (SC) e visibilizando algumas possibilidades para melhorias nas condições do trânsito. Neste artigo, relacionamos a temática abordada na série ãPassagemö com políticas públicas e fazemos uma análise sobre a construção da narrativa jornalística, abrangendo categorias como reconstituição do acontecimento, identificação dos conflitos e observação das estratégias narrativas objetivas e subjetivas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Mobilidade urbana. Transporte. Narrativa jornalística.

Resumen

Este estudio comprende un análisis crítico del conjunto de reportajes ãPassagemö, destaque en la categoría impresa en la 5ª edición del Prêmio SAE Brasil de Jornalismo. La serie, compuesta por un total de diez reportajes, fue transmitida por el periódico Notícias do Dia en noviembre de 2010, mostrando los graves problemas de movilidad urbana en la ciudad de Florianópolis (SC) y visibilizando algunas posibilidades para mejorías en las condiciones del tránsito. En este artículo, relacionamos la temática abordada en la serie ãPassagemö con políticas públicas y hacemos un análisis sobre la

¹ Uma versão deste estudo foi apresentada no III Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e realizado em Brasília, em 2013.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). E-mail: camila.m.cargnelutti@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fnarispe@gmail.com

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: docarmojulia@gmail.com

construcción de la narrativa periodística, incluyendo categorías como reconstitución del acontecimiento, identificación de los conflictos y observación de las estrategias narrativas objetivas y subjetivas.

Palabras-clave: Políticas públicas. Movilidad urbana. Transporte. Narrativa periodística.

Introdução

Neste trabalho analisamos o conjunto de reportagens intitulado "Passagem" de autoria da jornalista Maiara Gonçalves e veiculado no jornal Notícias do Dia, de Florianópolis (SC). Com um total de dez reportagens, os textos ocuparam treze páginas do jornal entre os dias 13 e 23 de novembro de 2010. "Passagem" foi considerada como um dos destaques da categoria Mídia Impressa, do prêmio SAE⁵ Brasil de Jornalismo sobre mobilidade urbana. As reportagens mostram os problemas de mobilidade em Florianópolis e possíveis soluções, abordando a temática sob diversos ângulos e possibilitando amplo debate e reflexão.

Segundo o Guia PlanMob (2007), a situação atual da mobilidade no país tem raízes em fatores sociais, políticos e econômicos mas, fundamentalmente, é produto de decisões passadas nas políticas urbanas. "Nossas cidades foram, ao longo de décadas, construídas, reformadas e adaptadas para um modelo de circulação fundado no transporte motorizado, rodoviário e individual: o automóvel" (2007, p. 40). O resultado dos investimentos escassos nos sistemas de transporte público é uma apropriação diferenciada do espaço público com "uma clara separação entre aqueles que têm acesso ao automóvel e aqueles que dependem do transporte coletivo, refletindo, na prática, as grandes disparidades sociais e econômicas da nossa sociedade" (ANTP, 1997, p. 18-19). Mobilidade urbana também foi o tema da quinta edição do Prêmio SAE Brasil de Jornalismo. O concurso visava estimular a cobertura de pautas sobre as tecnologias na mobilidade urbana brasileira, incentivando novos conhecimentos e contribuindo para o desenvolvimento humano e social.

⁵ SAE: *Society of Automotive Engineers*, na sigla em inglês; no Brasil, Sociedade de Engenheiros da Mobilidade.

1 Políticas públicas e o papel do jornalismo

Para entender o conceito de política pública recorre-se inicialmente a Guilherme Canela (2008, p. 25): "uma política pública pode ser definida como qualquer ação dos poderes públicos que seja executada a fim de garantir os mais diferentes direitos de cidadãos e cidadãs". Na análise da narrativa jornalística sobre políticas públicas não se pode deixar de considerar as quatro potencialidades dos meios de comunicação no processo de desenvolvimento dessas políticas. A primeira delas é a capacidade de agendamento da mídia. Para esclarecer as dimensões que o agendamento pode atingir, Canela (2008, p. 25) cita o aforismo de Cohen: "a mídia pode não ser bem sucedida na maior parte das vezes em dizer às pessoas como pensar, mas ela é extremamente bem sucedida em dizer sobre o que pensar".

A segunda potencialidade dos meios de comunicação refere-se à capacidade de enquadramento da notícia e sua relação direta com o fato de um determinado tema ser entendido ou não como política pública. Canela resume: "o enquadramento conferido ao tema pode influenciar distintas etapas do processo de construção de significados sobre políticas públicas pelos diferentes atores envolvidos" (2008, p. 26). A terceira potencialidade diz respeito ao papel dos meios na construção da informação. É importante o papel da mídia como "investigador e fornecedor" das informações exigidas pelas diferentes fases no desenvolvimento de uma política pública, desde legislação até estatísticas. O controle social exercido pelos meios de comunicação é a quarta potencialidade citada por Canela (2008). A imprensa hoje se situa entre as principais instituições de controle social de um governo. Nesse sentido, o autor deixa clara a importância de um acompanhamento constante das políticas públicas por parte da mídia noticiosa.

O discurso jornalístico, segundo Motta (2007) configura-se em uma narrativa midiática, impregnado pela narratividade, e por isso não deve ser entendido apenas como uma representação da realidade, mas uma forma de organizar ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas jornalísticas seriam, então, formas de relação e dispositivos discursivos dos quais o narrador se utiliza para exercer o poder, de acordo com suas pretensões. Pode-se inferir que nenhuma narrativa é isenta de uma

intencionalidade: õQuem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua. A análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro ladoõ (MOTTA, 2007, p. 146-147).

Nesse sentido, ressalta-se o papel da imprensa na divulgação das informações a respeito da formulação de determinada política pública, no seu acompanhamento durante o lançamento e implementação. A avaliação e monitoramento das políticas públicas são fundamentais para que a imprensa assuma um papel de fiscalizadora do poder e cumpra sua responsabilidade social. Um dos principais objetivos da mídia, segundo Bucci (2008, p. 47), deve ser õvigiar o poder por meio da investigação e disseminação das notícias e das ideias de interesse público, promovendo o diálogo entre os integrantes do espaço públicoõ.

A partir da compreensão, a população teria condições de exercer seu papel de cidadã na busca de direitos e de fiscalizadora do poder. A mídia desempenha, então, um papel central nesse processo, uma vez que é uma das fontes de informações para o país. De acordo com Porto (2008, p. 184): õAo ficarem atentos aos desdobramentos de uma determinada política pública, os jornalistas podem colaborar de forma efetiva para fortalecer o processo de prestação de contas e o controle das políticas governamentais pela cidadaniaõ. A garantia do acesso a direitos básicos por todos os cidadãos deve ser pleiteada pela população junto ao poder público. Mas esse pleito só ocorrerá se a população tiver ao seu alcance o conhecimento necessário para que tal solicitação seja feita. O jornalismo assume papel fundamental na divulgação das informações que fundamentam o acesso aos direitos humanos e de cidadania.

A criação de políticas sociais eficazes é a arma da ação política na luta contra a exclusão e desigualdade social. A instituição de programas que deixem de expor cidadãos a situações não condizentes com os direitos humanos faz com que estes reconheçam no Estado ou no governo um defensor da sociedade civil e da igualdade de cidadania. Políticas destinadas a questões como o transporte público com preço justo e de qualidade, por exemplo ó tema abordado pela série de reportagens analisada ó, devem ser de responsabilidade do Estado.

O poder que a imprensa exerce deve ser usado para dar voz a todos os grupos sociais, agendar pautas alternativas que levem à reflexão da realidade, instigando

discussões e propostas na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Motta (2007, p. 336) isso pode ser conseguido através do foco no ensino jornalístico das faculdades, preparando os alunos para que possam desenvolver uma cobertura de qualidade das questões sociais [...], equipando e instrumentalizando nossos futuros jornalistas para uma prática profissional consciente, socialmente responsável.

O crescimento e a evolução de uma sociedade dependem de políticas sociais que garantam as mínimas condições financeiras aliadas à possibilidade de libertação da relação de dependência do cidadão com o Estado. Para Pedro Demo (2007), o papel fundamental das políticas públicas sociais só é desempenhado plenamente por um Estado interessado em conferir a todos os indivíduos que o compõem a condição de cidadãos plenos.

A pobreza e a desigualdade são algumas consequências da ineficiência das políticas públicas. Apesar dos indicadores mostrarem avanços nessas áreas nos últimos anos, os índices de desigualdade e pobreza no Brasil continuam altos. Temos visto a ampliação de programas de transferência de renda, que buscam diminuir as disparidades econômicas entre os diferentes grupos sociais. Entretanto, ainda estamos longe de alcançar um patamar considerado satisfatório. A pobreza está relacionada à má distribuição de renda, o que demanda políticas públicas eficazes, bem como uma cobertura eficiente e cidadã dessas temáticas: Apesar da pobreza e desigualdade serem aspectos evidenciados no cotidiano em nosso país, o agendamento midiático desses temas ainda é muito superficial [...]. É como se o jornalismo precisasse ser apenas um exercício mecânico de reprodução de fatos e números (CANELA, 2008, p. 227).

A questão da pobreza e da desigualdade pode ser relacionada com a temática da série de reportagens selecionada para a análise. Ela aborda os problemas relacionados à mobilidade urbana em Florianópolis, tratando também de sua relação com o poder aquisitivo dos cidadãos e da influência dessa mobilidade na produção e consumo da cidade.

2 A série de reportagens "Passagem" em análise

A metodologia de análise da série de reportagens está baseado no modelo proposto por Motta (2007). Primeiramente, houve a recomposição do acontecimento

jornalístico, onde se explicita de que maneira a autora maneja os fatos para torná-los sequenciais e/ou agrupáveis. A seguir, identificam-se os conflitos presentes ao longo da série de reportagens e são apresentados alguns dos divergentes discursos em torno da temática. Logo após, realiza-se a construção das personagens, apresentando dados que corroboram os fatos apresentados pela autora e trazem credibilidade à narrativa. Na sequência identificam-se as estratégias narrativas objetivas e subjetivas utilizadas pela autora. Aí se busca revelar como a narrativa é construída sem que a presença do narrador seja percebida. Após, apresentam-se a relação comunicativa e o contrato cognitivo e o enquadramento e a abordagem da reportagem. Por fim, tem-se a metanarrativa. Partindo do princípio que nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato (MOTTA, 2007, p. 165) a metanarrativa, aqui, relaciona-se ao novo significado que a temática passa a ter para o leitor.

2.1 Reconstituição do acontecimento

A série surgiu da constatação de que Florianópolis está entre as dez cidades do Brasil acima de 100 mil habitantes com mais carros em relação à população. Essa situação, somada à inexistência de uma política voltada ao tema leva a realidades preocupantes. Na primeira reportagem, veiculada na edição de 13 e 14 de novembro de 2010, foi abordado o conceito de mobilidade urbana. A autora deixa claro que esta não deve ser tratada como um direito adquirido de ir e vir, e sim uma necessidade da própria cidade. Segundo o texto, a mobilidade deve ser resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que proporcionem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. Na segunda reportagem (15/11/2010), o poder público entra em pauta e são apresentadas algumas das dificuldades enfrentadas pelos órgãos responsáveis pela mobilidade urbana e a insatisfação da população diante dos problemas.

A terceira (16/11/2010) relaciona mobilidade e saúde, através de exemplos de pessoas que adotaram medidas alternativas para locomoção e as bicicletas. Mobilidade e comportamento é o tema da quarta reportagem (17/11/2010), que traz depoimentos de vários pedestres e motoristas a respeito da educação e ou falta dela e no trânsito. O que os jovens fariam se estivessem no lugar dos governantes é o questionamento base

da quinta reportagem da série, de 18/11/2010. Aumentar o número de ônibus do sistema de transporte coletivo e desenvolver o transporte marítimo são algumas das respostas dadas, e refletem uma nova consciência sobre o uso racional dos automóveis e as escolhas individuais dos jovens.

A sexta reportagem (19/11/2010) aborda a economia, falando sobre a alta tarifa dos transportes coletivos e sobre as facilidades na compra de carros atualmente. A reportagem esclarece que as políticas de mobilidade urbana não abominam o uso dos automóveis, propondo, antes, o debate sobre a racionalização desse uso, com preferência ao transporte coletivo. Na sétima reportagem (20/11/2010), educação e conscientização são apontadas como respostas para a maioria dos problemas na mobilidade urbana. A relação entre mobilidade urbana e ambiente está presente na oitava reportagem, de 21/11/2010. Nela, a autora fala da poluição dos automóveis e incentiva o uso de bicicletas e ônibus como alternativas ao deslocamento. Defende também uma maior atenção do poder público para o primeiro meio de locomoção, e a necessidade de infraestrutura, como redes de ciclovias e bicicletários.

A nona reportagem (22/11/2010) traz uma entrevista com um arquiteto que realizou estudo sobre o deslocamento da população em várias cidades brasileiras. O entrevistado também fala sobre os problemas que mais contribuíram para os problemas de mobilidade em Florianópolis e aponta possíveis soluções para resolver a questão. Na última reportagem analisada (23/11/2010) lança-se um olhar para o futuro, com o questionamento: "Que mobilidade urbana queremos?", levando à reflexão sobre a necessidade de mudanças no poder público e no comportamento da sociedade.

2.2 Identificação dos Conflitos

Segundo Motta (2007) o conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. Os conflitos abrem espaço para novas ações, sequências e episódios, que prolongam e mantêm a narrativa viva. A série "Passagem" nasce a partir do tema mobilidade urbana em Florianópolis e, para abordá-lo, a narrativa vale-se da exemplificação, reforçada por personagens, e análise das situações conflitantes que o tema proporciona. Neste artigo, avaliamos apenas o conflito referente ao uso de transportes alternativos, agrupando as falas de acordo com a proximidade temática. Na

sequência, apresentamos alguns trechos retirados das reportagens que exemplificam a questão:

2.2.1 Conflito ó uso de transportes alternativos

Trecho 1: As políticas de Mobilidade Urbana não abominam o uso do carro ó afinal, o veículo faz parte da vida de todos e, em certas ocasiões, pode ser até indispensável. O que se debate é a *racionalização do uso dos automóveis*, priorizando o transporte coletivo ou não motorizado sempre que possível (Repórter).

Trecho 2: Andar de bicicleta nunca foi cogitado [...] A *falta de ciclovias* e a *insegurança* provocada pela travessia das pontes e também pela velocidade dos carros fazem Luiza pensar duas vezes antes de embarcar sobre duas rodas (Repórter).

Trecho 3: *O futuro repousa na valorização do transporte coletivo, no uso de bicicletas*, bem como no não incentivo dos deslocamentos por meio de veículo particular (Valério Medeiros, arquiteto e urbanista, pesquisador da Universidade de Brasília).

O conceito de transporte alternativo é utilizado na reportagem para denominar aquele que serve de opção ao transporte usual, como a bicicleta e o ônibus. Seu uso, defendido ao longo da reportagem, é visto como a solução para os problemas de mobilidade (trecho 3). Entretanto, esbarra na falta de locais apropriados ou na precária infraestrutura dos existentes (trecho 2). Também há o esclarecimento de que o uso de transportes alternativos não exclui o uso do transporte privado: ambos podem conviver (trecho 1).

Por se tratar de uma narrativa jornalística, õPassagemö não foge do que é falado por Motta (2007): sempre há pelo menos dois lados em confronto nos acontecimentos jornalísticos, ditados por interesses contraditórios. Ao abordar a mobilidade em Florianópolis, as reportagens utilizam os conflitos existentes no tema para estruturar sua narrativa. O espaço para diferentes vozes sobre o mesmo assunto reforça a visão da ineficiência da mobilidade urbana, passada ao longo da série.

2.3 Construção de personagens jornalísticas

Optou-se por analisar neste artigo somente algumas das personagens presentes na série de reportagens devido ao seu grande número. Os três trechos abaixo são da primeira reportagem da série.

Trecho 1: *A estudante Luiza Eduarda Carmesini Simão, 17, sabe bem o que é andar de ônibus e assim como 230 mil pessoas por dia na Grande Florianópolis utiliza o transporte coletivo para se locomover pela cidade.*

Trecho 2: *Moradora de Coqueiros, Katia Farret, em um dos últimos feriados, veio de avião de Porto Alegre numa viagem que durou 50 minutos. Do Aeroporto Internacional Hercílio Luz até em casa, no carro da filha, Katia levou uma hora e meia.*

A utilização de personagens busca mostrar que a mobilidade urbana é problema comum a todos, desde estudantes ou trabalhadores que utilizam o transporte coletivo todos os dias até quem viaja periodicamente para encontrar a família. Após a caracterização dos personagens através de suas profissões ou de uma particularidade faz-se uso também do recurso de nomenclatura, gerando uma maior identificação do leitor com as situações apresentadas, pois os problemas de mobilidade urbana enfrentados por Luiza ou Katia são os mesmos que os do leitor. A comparação entre Luiza Carmesini e a população que utiliza o transporte público diariamente, presente no primeiro trecho, também reforça essa ideia. A exemplificação de ações ou situações vivenciadas pelos personagens apresentados também fortalecem a identificação do leitor com os personagens da série.

Trecho 3: *A família de Margot Müller é um exemplo de ação individual que contribui com a mobilidade urbana na Capital.*

Trecho 4: *Além de evitar o estresse e a poluição, andar de bicicleta traz benefícios à saúde, já que a atividade mantém o corpo em movimento. Essa é a realidade do médico curitibano Maurício Rigodanzo Mocha, 24 anos.*

As atitudes que podem ser tomadas para amenizar os problemas de mobilidade urbana através de comportamentos individuais são citadas pelos exemplos da família Müller e do médico Maurício, que optaram pelas bicicletas como meio de transporte. A opção de andar de bicicleta é enaltecida, então, pela expressão *exemplo de ação individual que contribui com a mobilidade urbana na Capital* (trecho 3) e pela citação e valorização dos benefícios que a atitude proporciona, destacados no trecho 4.

2.4 Estratégias Narrativas

Pelo extenso número de páginas da reportagem, mais uma vez optou-se por não trabalhar com a sua totalidade para esta categoria da análise. Foram escolhidas três reportagens, dos dias 13-14, 18 e 22/11/2010. O estudo das narrativas jornalísticas deu-se de acordo com Motta (2007, p. 156), que afirma que nenhuma narrativa é ingênua, e estudá-las é uma forma de descobrir os recursos utilizados pelos repórteres para produzir efeitos. Os efeitos produzidos pela série passam pelo uso de estratégias de objetivação e subjetivação. As duas se entrelaçam, ora para evidenciar o caráter puramente objetivo da narrativa jornalística e provocar efeitos de realidade, ora para aproximar do leitor os fatos narrados, com os efeitos de subjetivação. A seguir, será feita a análise de algumas situações nas quais essas estratégias são empregadas na série de reportagens e os efeitos gerados.

2.4.1 Estratégias de objetivação

Trechos retirados das reportagens: "O que é mobilidade", "Futuro ideal na cidade" e "Menos carros, mais indivíduos".

Trecho 1: *Florianópolis* está entre as dez cidades do Brasil acima de 100 mil habitantes com mais carros em relação à população.

Trecho 2: Nos meses de *maio e junho de 2010*, milhares de pessoas foram às ruas de Florianópolis em protesto contra o aumento das tarifas do transporte coletivo.

Trecho 3: *Implantado em 1974*, pelo então *prefeito Jaime Lerner*, o sistema de transportes de Curitiba teve como concepção a harmonia da política de uso do solo com o plano diretor de transportes da cidade.

Os efeitos de objetivação produzem o efeito de realidade. Segundo Motta, fazem com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades. Para isso, a autora lança mão de diversas estratégias, exemplificadas nos trechos acima expostos. A citação recorrente a lugares (trecho 1), assim como a referência a nomes (trecho 3) presentes na reportagem situa o leitor e traz veracidade ao texto. Além disso, as citações dos personagens de certa forma eximem o autor das responsabilidades, ao colocar a

voz na fala dos personagens. O recurso de datação (trechos 2 e 3) também é uma estratégia usada para conferir veracidade à narrativa jornalística. Conferindo referencialidade espaço-temporal, ela encerra os acontecimentos narrados em determinado período que, passível de checagem, atribui credibilidade e veracidade ao discurso, referenciando e fornecendo as condições únicas para o acontecimento. O uso de estatísticas e números também são estratégias de linguagem com o intuito de passar uma ideia de rigor e veracidade, através da precisão.

2.4.2 Estratégias de subjetivação

Trecho 1: As facilidades para comprar o carro próprio e o *uso irracional* dos veículos deixaram *caótico* o trânsito dos grandes centros (Repórter).

Trecho 2: O *fio condutor* deste trabalho é a *crença na força* de uma legislação *adequada*, fiscalização *eficaz* e educação permanente (Repórter).

Trecho 3: [...] *chegou atrasado* 40 minutos para a entrevista. Motivo: *perdeu o ônibus* (Repórter).

Trecho 4: *Não bastasse* a tarifa alta, tive de esperar *um monte* naqueles bancos *inconfortáveis* e andar mais *um pedaço* pra chegar até aqui porque não tem ponto de ônibus perto (Ricardo Caminha, estudante).

O discurso jornalístico apropria-se de formas subjetivas de narrativa para produzir efeitos de sentido. Esses sentidos produzidos geram nos leitores respostas emocionais, *humanizando* os fatos brutos e promovendo a sua compreensão como dramas e tragédias humanas (MOTTA, 2007, p. 160). Ao reconhecer-se, ou pelo menos ao reconhecer os sentimentos expostos na narrativa, o leitor é impelido a orientar-se na direção proposta pelo autor. O uso de adjetivos e expressões que remetem a tempo ou distância, assim como as de certeza, evidenciam a marca do autor no texto. As tentativas de humanizar o relato, com frases fortes, de impacto (trecho 1) ou expressões conhecidas (trecho 2) levam ao reconhecimento, à humanização do acontecido, provocando reações de compaixão ou revolta. A exemplificação de acontecimentos (trecho 3 e 4) faz com que o leitor compartilhe da mesma situação e passe a questionar sobre a qualidade do sistema de transporte coletivo da cidade.

2.5 Contrato cognitivo

A análise de uma narrativa jornalística também deve levar em conta o contrato cognitivo implícito entre narrador e narratário e a relação comunicativa entre eles. As notícias, de acordo com Motta (2007), são pequenas partes de uma grande história, com alguns vazios que estão em constante negociação pelo leitor no ato da leitura. Esses vazios, na série de reportagens analisada, podem ser preenchidos, por exemplo, através de uma contextualização sobre os problemas de mobilidade urbana no estado ou no país ou com uma recapitulação de acontecimentos recentes, mas esquecidos.

O primeiro caso pode ser observado na sexta reportagem da série, em um breve histórico contextualizado a respeito da mobilidade urbana. Nele, constata-se que as condições de mobilidade são precárias em todo o país, porque não recebem atenção suficiente dos órgãos responsáveis, não há destinação adequada de recursos para o transporte coletivo e o envolvimento da sociedade na busca de soluções ainda é mínimo. O segundo caso pode ser exemplificado na quinta reportagem. Nela, a repórter rememora os protestos contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, que reuniram milhares de pessoas nos meses de maio e junho de 2010.

Na série *Passagem* essa tentativa de co-construir a verdade de que fala Motta (2007) pode ser observada no enquadramento e abordagem dados às reportagens. Desde o início nota-se uma preocupação da repórter em transferir seu posicionamento de forma implícita através da escolha cuidadosa de seus personagens e na seleção do discurso deles. Essa situação pode ser exemplificada na fala de personagens conscientes, que fazem uso de meios de transporte alternativo ou coletivo, apresentam atitudes positivas e possíveis soluções para os problemas em Florianópolis. O posicionamento da repórter fica mais explícito quando essas personagens são consideradas como modelos de mudança e consciência nos quais o leitor pode e deve se espelhar para fazer sua parte e garantir futuras melhorias na mobilidade urbana.

2.6 Metanarrativa

Segundo Motta (2007, p. 164) a narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Em *Passagem* o uso repetido de depoimentos, expressões e ideias que pretendem fixar na mente do leitor as benesses da utilização de meios de locomoção alternativos pode ser interpretada como uma tentativa de responsabilização do indivíduo pelo caos e pelas soluções do transporte na cidade, relativizando a responsabilidade do poder público.

O leitor pode se apropriar das ideias defendidas nas reportagens em análise como forma ou estilo de comportamento a seguir. É possível constatar que a série não se encerra nela mesma, estendendo-se ao cotidiano do florianopolitano. Há a compreensão de que a responsabilidade pela situação do trânsito não passa unicamente pela ação dos poderes públicos mas, principalmente, pelas atitudes individuais. Dessa forma, surge a ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável, citada por Motta (2007, p. 164), que explicita os motivos que trazem para uma temática uma razão ética ou moral.

Considerações finais

A série de reportagens *Passagem*, apesar do esforço e mérito em pautar essa relevante temática sob diferentes aspectos, deixa de atribuir a maior responsabilidade pela qualidade do trânsito e do transporte coletivo ao poder público. Além das constatações explicitadas na análise, isso fica bastante claro, por exemplo, no fato de os gestores públicos diretamente responsáveis por essa problemática não serem citados nas reportagens. Através da análise das estratégias narrativas utilizadas para testar a veracidade dos fatos descritos e das sugestões para solucionar os problemas relacionados verifica-se, intencionalmente ou não, uma forte responsabilização ou culpabilização dos indivíduos. Retomando os conceitos que guiaram este estudo, tem-se que o jornalismo deve cumprir seu papel de divulgador de dados e notícias que levem a sociedade à reflexão acerca de seus direitos. Somente assim estará proporcionando à sociedade a saída da pobreza política, visando à emancipação cidadã.

Passagem, tanto através da seleção dos depoimentos quanto pelas escolhas narrativas, transfere para os indivíduos encargos que pertencem ao Estado, o qual possui estrutura, poder e canais para administrar e solucionar o problema. À sociedade civil cabe contribuir para a manutenção das eventuais melhorias e não agravamento da situação, através de um comportamento que priorize o bem coletivo em detrimento do individual. Ao destinar apenas uma matéria de um total de dez à relação entre gestores públicos e suas responsabilidades, a jornalista deixa escapar o fio central da questão: mobilidade urbana é um encargo que compete ao governo e pode, sim, ter suas problemáticas amenizadas pelo comportamento individual, mas não será resolvida somente por atitudes isoladas.

Referências

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos (1997a) **o Transporte Humano: Cidades com Qualidade de Vida** o ANTP, São Paulo, 1997.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Departamento de Mobilidade Urbana. **PlanMob o Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana**. Brasília, 2007.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, G. (Org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 46-62.

CANELA, G. (Org). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 2007

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Vozes, 2007. p. 143-167.

PORTO, Mauro. **A mídia e a avaliação das políticas públicas sociais**. In: CANELA, G. (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. Co-edição ANDI o Agência de Notícias dos Direitos da Infância. São Paulo: Cortez, 2008. p. 182-190.